



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI Nº 623/89

Institui o Imposto Sobre Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos – IVV.

A Câmara Municipal de Lajinha, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o parágrafo 7º, do artigo 34 das disposições transitórias da Constituição Federal, decreta e eu, em seu nome, sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Passa a integrar o Sistema Tributário do Município o imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos-IVV, instituído pela Constituição Federal no seu Arrigo 156, III, parágrafo 3º e no artigo 34, parágrafo 1º e 7º das Disposições Transitórias.

Art. 2º - O Imposto sobre vendas a varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos-IVV, tem como fato gerador a venda a varejo, de combustíveis líquidos e gasosos efetuada no território do município.

§ Único - Para efeito de incidência do Imposto considera-se:

I – venda a varejo, toda aquela que os produtos vendidos não se destinem à revenda, independente da quantidade e forma de acondicionamento;

II – local de venda:

- a) o do domicílio do comprador, quando se tratar de venda domiciliar;
- b) o do estabelecimento vendedor, nos demais casos.

Art. 3º - O imposto não incide sobre venda a varejo de óleo diesel.

Art. 4º - Contribuinte do imposto é a pessoa jurídica, que pratique a venda a varejo de combustíveis líquidos e gasosos.

Art. 5º - A base de cálculo do imposto é o preço de venda do produto.

Art. 6º - A alíquota do imposto é de 3%(três por cento).

Art. 7º - Cada um dos estabelecimentos, permanentes ou temporários do contribuinte, inclusive os veículos utilizados no comércio ambulante, será considerado autonomamente, para efeito de cumprimento das obrigações relativas ao imposto.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

- a) à razão de 5%(cinco por cento) do valor corrigido do imposto, se recolhido em até 30(trinta) dias contados da data do vencimento.
- b) à razão de 15%(quinze por cento) do valor corrigido do imposto, se recolhido após 30(trinta) dias contados da data do vencimento.

2) havendo ação fiscal, à razão de 50%(cinquenta por cento) do valor corrigido do imposto com redução para 20%(vinte por cento) se recolhido dentro de 30(trinta) dias contados da data de notificação do débito.

Parágrafo 2º - Fica sujeito à multa no valor de 02(dois) MVR – Maior Valor de Referência o contribuinte que:

- I – deixar de se inscrever no Cadastro Mobiliário de Contribuintes;
- II – não possuir livros fiscais na forma regulamentar;
- III – deixar de escriturar os livros fiscais nos prazos regulamentares;
- IV – deixar de comunicar, no prazo e forma regulamentares, as alterações contratuais ou estatutárias inclusive encerramento de atividades;

Parágrafo 3º - Fica ainda sujeito à multa no valor de 05(cinco) MVR o contribuinte que:

- I – não possuir os documentos fiscais, na forma regulamentar;
- II – deixar de emitir documentos fiscais, na forma e prazos regulamentares;
- III – imprimir ou mandar imprimir documentos fiscais sem autorização de repartição competente;
- IV – deixar de prestar informações quando solicitado pelo Fisco;
- V – deixar de exhibir livros, documentos e outros elementos, quando solicitado pelo Fisco;
- VI – fornecer ou apresentar ao Fisco informações ou documentos inexatos ou inverídicos.

Parágrafo 4º - Se o contribuinte escriturar ou preencher livros e documentos com dolo, má fé, fraude ou simulação, será multado em 100%(cem por cento) do valor corrigido do imposto, e nunca inferior a 02(dois) MVR.

Parágrafo 5º - Se o contribuinte consignar em documento fiscal importância inferior ao efetivo preço de venda, será multado em 75%(setenta e cinco por cento) do valor corrigido do imposto, nunca inferior a 01(um) MVR.

Art. 8º - O valor do imposto será apurado mensalmente pelo próprio contribuinte e recolhido aos cofres municipais até o dia 10(dez) do mês seguinte ao da venda, sujeitando-se a posterior homologação pela autoridade competente.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 9º - A homologação será efetuada mediante lavratura do termo de verificação fiscal que, quando for o caso, conterà lançamento complementar, o qual será notificado através de auto infração e termo de intimação.

§ Único - O regulamento deverá disciplinar os casos de recolhimento efetuado por contribuinte ou responsável não inscritos.

Art. 10º - Os contribuintes do imposto são obrigados, mediante posterior regulamentação do Executivo Municipal.

I – à confecção emissão e escrituração do documento e livros fiscais, na forma e prazo previstos em regulamento;

II – a apresentar ao fisco, quando solicitado, livros e documentos fiscais e contábeis, mapas e controles de movimento diários – exigência do CNP, assim como os demais documentos que venham a ser exigidos pelos órgãos encarregados do controle e fiscalização da distribuição e venda de combustíveis.

III – promover a sua inscrição no cadastro de contribuintes da administração municipal, comunicando qualquer alteração contratual ou estatutária mudança de endereço ou domicílio fiscal, na forma e prazos previstos em regulamento;

IV – à prestar, sempre que, solicitado pelas autoridades competentes, informações e esclarecimentos que, a juízo do Fisco, se refiram a fatos e obrigações tributárias.

Parágrafo 1º - No caso de recolhimento do imposto após o vencimento:

I – juros de mora de 1%(um por cento) ao mês ou fração, contados da data do vencimento.

II – correção monetária nos termos da Legislação Federal específica;

III – multa moratória.

1) em se tratando de recolhimento espontâneo.

Parágrafo 6º - será aplicada multa equivalente a 01(um) MVR por qualquer ação ou emissão não prevista nos incisos acima desde que o fato importe em descumprimento de obrigação acessória.

Parágrafo 7º - O contribuinte que, antecipando-se à ação do Fisco, promover a correção das irregularidades referidas nos incisos I, II e III do Parágrafo 2º, ficará isento das penalidades previstas.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Disposições Finais

Art. 11 – O IVV será cobrado a partir de 17 de fevereiro de 1989.

Art. 12 - O setor de Fazenda expedirá normas para o cumprimento desta Lei, independentemente de sua regulamentação.

Art. 13 - Esta Lei entrará em vigor na data de 17 de fevereiro de 1989, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lajinha-MG., 17 de fevereiro de 1989.

Gerson Araújo da Fonseca
Prefeito Municipal